



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 4

TARDE

# ANALISTA LEGISLATIVO

# TÉCNICO EM MATERIAL E PATRIMÔNIO

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas.
- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas.
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s).
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não** será permitida troca do cartão de resposta em caso de **erro** do candidato.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Licitação e Contratos

1

Em decorrência do receio do descumprimento em contrato de obra que não se enquadra como de grande vulto, mas é relevante para o interesse coletivo, a autoridade competente no âmbito da Câmara dos Deputados decidiu, de forma motivada e pertinente, que deveria ser exigida a garantia para a respectiva contratação.

Nesse caso, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) caberá à Administração optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução, seguro-garantia ou fiança bancária.
- (B) a garantia para a contratação da obra em questão poderá ser de até 10% (dez por cento), autorizada a majoração para até 20% (vinte por cento) do valor inicial do contrato, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- (C) é possível a adoção do seguro-garantia com cláusula de retomada em percentual equivalente a até 40% (quarenta por cento) do valor inicial do contrato.
- (D) a exigência da garantia deve constar do edital, que deverá fixar prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato para a sua prestação quando o contratado optar pela modalidade do seguro-garantia.
- (E) diante da exigência da Administração, o contratado poderá optar pelo seguro-garantia, que deve garantir o fiel cumprimento das obrigações por ele assumidas perante a Administração, mas que não pode abarcar multas, prejuízos e indenizações decorrentes do inadimplemento.

2

Considerando que a União está elaborando um edital de chamamento público para formalização de um termo de fomento com organização da sociedade civil, à luz da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, é correto afirmar que poderá ser incluída cláusula que

- (A) adote os critérios de julgamento de menor preço ou melhor técnica e preço, a depender do objeto da parceria a ser realizada.
- (B) contenha previsão no sentido de que a homologação gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria.
- (C) especifique a exigência de que a organização da sociedade civil possua no mínimo cinco anos de existência e experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante.
- (D) admita a seleção de propostas apresentadas exclusivamente por concorrentes situados ou com representação atuante e reconhecida na unidade da Federação onde será executado o objeto da parceria.
- (E) determine que a Administração procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos em lei para a organização da sociedade civil antes da realização da etapa competitiva.

3

Carla é agente de contratação junto à Câmara dos Deputados e se deparou com três procedimentos que supostamente envolveriam hipóteses de contratação direta, a saber: a) a aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo; b) o caso de objetos que podem ser adquiridos por credenciamento; c) a contratação de parcela de obra em caso de emergência, cuja situação de urgência foi caracterizada e devidamente justificada pela Administração, diante do comprometimento de segurança da certa obra pública, bem como das pessoas que transitam na localidade.

Em relação às mencionadas situações descritas, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, Carla concluiu corretamente que

- (A) é viável a contratação direta nas três situações descritas, considerando que todas elas são hipóteses de inexigibilidade de licitação.
- (B) é cabível a contratação direta em todos os casos, na medida em que as três hipóteses versam sobre situações em que a licitação é dispensável.
- (C) na hipótese de credenciamento para a aquisição de objetos comuns é necessária a realização de licitação na modalidade pregão, de modo que não é viável a contratação direta.
- (D) é possível a contratação direta de parcela da obra referida, para a qual é dispensável a licitação, desde que o respectivo objeto possa ser concluído no prazo máximo de 1 (um) ano, prorrogável uma única vez.
- (E) para a aquisição de produtos que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo por inexigibilidade de licitação é necessário que a Administração demonstre a inviabilidade de competição, vedada a preferência por marca específica.

4

Sociedade *Profícua* visa a participar de procedimento licitatório para a contratação de determinado serviço de alta complexidade, pela modalidade concorrência, que será promovido em consonância à sequência de fases estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 como regra, de modo que está buscando informações acerca de eventuais recursos administrativos que podem ser utilizados para desafiar as determinações da Administração no curso da licitação, bem como quanto aos efeitos de eventuais impugnações que venham a ser apresentadas.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) pode ser apresentado recurso com efeito suspensivo após o julgamento das propostas, assim como após a fase de habilitação, os quais deverão ser analisados em momentos distintos do procedimento.
- (B) é de cinco dias úteis, a contar da data da intimação, o prazo para apresentar pedido de reconsideração relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.
- (C) a intenção de recorrer do julgamento das propostas deve ser imediatamente manifestada, sob pena de preclusão, com prazo para a apresentação das respectivas razões, mas a apreciação dos recursos dar-se-á em fase única após a habilitação.
- (D) não cabe recurso das situações em que a Administração determina a anulação ou a revogação da licitação, na medida em que elas devem ser precedidas de manifestação dos interessados para a sua concretização.
- (E) eventual acolhimento de recurso administrativo que venha a ser apresentado implica na invalidação de todos os atos subsequentes àquele que foi objeto da impugnação acatada pela Administração Pública.

5

Certo órgão da Administração Pública Federal pretende formalizar uma avença para viabilizar que determinada atividade seja realizada por terceiro.

Considerando o disposto no Decreto nº 9.507/2018 e na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que, na contratação de tal serviço terceirizado, o Poder Público poderá

- (A) indicar pessoas expressamente nominadas para realizar direta ou indiretamente o objeto do contrato.
- (B) incluir no objeto do contrato atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão.
- (C) transferir para o contratado a responsabilidade de realizar atos administrativos, bem como de tomar decisão relacionada ao contrato.
- (D) estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da empresa prestadora de serviço terceirizado.
- (E) delegar atividade relacionada ao exercício do poder de polícia e aplicação de sanções administrativas.

6

Determinado procedimento licitatório para a contratação de uma obra alcançou a sua fase de encerramento, de modo que foi remetido para a autoridade superior que, diante do disposto na Lei nº 14.133/2021, poderá

- (A) apreciar os recursos administrativos apresentados em fase única, após a o julgamento e a habilitação.
- (B) revogar a licitação por questão de conveniência e oportunidade, cujo motivo deve ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- (C) pronunciar a nulidade de todos os vícios verificados no procedimento, ainda que irregularidades, tornando sem efeitos todos os atos subsequentes que dele dependam.
- (D) homologar a licitação, independente da adjudicação do objeto e da existência de vício, caso eles sejam insanáveis.
- (E) anular a licitação de ofício, caso verificada a existência de defeito insanável, hipótese em que é prescindível assegurar a manifestação prévia dos interessados diante da gravidade do vício.

7

Suponha que a Câmara dos Deputados precise formalizar contrato para a prestação de serviço postal, que é serviço público realizado em regime de monopólio, diante da necessidade de envio de grande volume de correspondências oficiais.

Considerando tratar-se de uma situação específica, a formalização de contrato em que a Administração seja usuária de serviço público na mencionada situação tem tratamento diferenciado na Lei nº 14.133/2021, que, atendidas as exigências legais, prevê textualmente a possibilidade de o respectivo contrato ter vigência por prazo

- (A) indeterminado.
- (B) de até trinta e cinco anos.
- (C) de até vinte anos.
- (D) de até quinze anos, sem a possibilidade de prorrogação.
- (E) de até cinco anos, prorrogável sucessivamente até o prazo máximo quinzenal.

8

Na hipótese de uma determinada entidade administrativa decidir promover um sistema de registro de preços para subsidiar contratações futuras, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023, ela deverá realizar licitação na modalidade

- (A) diálogo competitivo ou convite.
- (B) pregão ou convite.
- (C) concorrência ou concurso.
- (D) diálogo competitivo ou concorrência.
- (E) concorrência ou pregão.

9

Daniel, autoridade competente no âmbito da Administração Pública Federal, precisa designar fiscal para contrato regularmente formalizado com fulcro na Lei nº 14.133/2021.

Para tanto, ele está analisando a viabilidade de indicar os seguintes servidores públicos estáveis: a) Andreia, ocupante de cargo efetivo cuja atribuição não tem relação com licitações e contratos e que não tem formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo a respeito do tema; b) Bernardo, que é companheiro de Carolina, sócia administradora de determinada sociedade que é habitualmente contratada pela Administração; c) Elano, que já foi designado como agente da contratação em decorrência de sua *expertise* na matéria.

Considerando exclusivamente os fatos narrados, à luz do disposto no mencionado diploma legal, é correto afirmar que

- (A) os três agentes mencionados poderiam ser designados fiscais dos contratos, na medida em que todos são servidores públicos estáveis, requisito indispensável para o exercício da aludida atribuição.
- (B) apenas Bernardo pode ser designado fiscal do contrato, desde que a sociedade da qual Carolina é sócia não venha a formalizar novos contratos com a Administração, pois tanto Andreia, quanto Elano estão impedidos de exercer tal atribuição.
- (C) Elano deveria ser indicado como fiscal da execução dos contratos em relação aos quais atua como agente da contratação, na medida em que já possui *expertise* para tanto, bem como pelo fato de que é vedada a indicação de Andreia, que exerce função dissociada da matéria, assim como é proibida a escolha de Bernardo, por ser companheiro de Carolina.
- (D) apenas Elano não poderia ser designado fiscal da execução do contrato, porque já exerce a atribuição de agente da contratação, considerando que não há qualquer impedimento para que Andreia e Bernardo sejam escolhidos para tal atribuição.
- (E) caso Andreia venha a obter a capacitação e certificação necessárias, ela poderá ser designada fiscal do contrato, pois Bernardo não poderá exercer tal atribuição, por ser companheiro de Carolina, enquanto Elano já exerce função suscetível a risco no âmbito da licitação, o que ampliaria a possibilidade de ocultação de erros e de fraudes nas contratações.

**10**

Sociedade empresária *Cascão*, após o devido procedimento licitatório, formalizou um contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra que tem por objeto a limpeza da sede de determinado órgão público federal.

Menos de um ano depois da formalização do contrato, houve o dissídio coletivo da respectiva categoria, que versou sobre a remuneração dos empregados e sobre aspectos não trabalhistas que oneraram a prestadora de serviços, em razão do que a sociedade empresária *Cascão* pleiteou o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante a demonstração analítica da variação dos custos contratuais.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto no Decreto nº 9.507/2018 e da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a contratante

- (A) não terá como promover o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando que ainda não transcorreu o interregno mínimo de um ano da formalização do contrato em análise.
- (B) deve considerar os aspectos não trabalhistas do mencionado dissídio coletivo, na medida em que oneraram o contratado na execução do objeto ao longo da avença, com relação ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (C) precisa realizar a repactuação, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, com relação aos custos contratuais das obrigações trabalhistas demonstrados analiticamente, desde que tenha transcorrido o interregno mínimo de um ano da apresentação da proposta.
- (D) tem que promover o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio do designado reajustamento em sentido estrito, cabível quando a contratada demonstre analiticamente a variação dos custos contratuais.
- (E) não tem a obrigação de responder ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, matéria que se submete à discricionariedade da Administração, na medida em que não se trata de cláusula obrigatória do contrato em questão.

**11**

Jailma é servidora pública federal estável que exerce a atribuição de agente da contratação. Ao ser questionada sobre o papel do Tribunal de Contas no âmbito do controle da Administração Pública nas licitações e contratações, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, Jailma respondeu corretamente que a Corte de Contas

- (A) integra a primeira linha de defesa com relação às práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo.
- (B) quando constatar simples impropriedade formal, adotará medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência.
- (C) deve ter acesso irrestrito aos documentos e informações necessários ao exercício da atividade de controle, com exceção daqueles que estejam gravados por sigilo na forma da legislação pertinente.
- (D) não poderá suspender cautelarmente o procedimento licitatório que esteja em andamento, diante dos prejuízos que podem advir de tal determinação.
- (E) não poderá atender à representação de quem não seja licitante ou parte no contrato administrativo, diante da ausência de interesse na provocação de sua atuação.

**12**

No curso de determinado contrato regularmente firmado com a União após o devido processo licitatório, a sociedade *Generosa* praticou ato lesivo à Administração Pública Federal nos termos do Art. 5º, da Lei nº 12.846/2011 (Lei Anticorrupção), em razão do que, após o devido processo administrativo, foi a ela aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Acerca dessa situação hipotética, considerando as peculiaridades da sanção aplicada à luz da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que tal penalidade

- (A) não pode ser cumulada com nenhuma outra sanção prevista na legislação em comento para a sociedade *Generosa*.
- (B) pode ter prazo indeterminado ou até que a sociedade *Generosa* promova a sua reabilitação, em razão da gravidade da conduta.
- (C) inviabiliza a reabilitação da sociedade *Generosa* ao longo de todo o seu prazo, a ser determinado entre três e dez anos, por ser a mais grave prevista na lei de licitações.
- (D) não impede que a sociedade *Generosa* consiga a reabilitação, preenchidas as condições cumulativas estabelecidas na legislação em comento, dentre as quais está a implantação ou aperfeiçoamento do programa de integridade (*compliance*).
- (E) impede a sociedade *Generosa* de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta apenas do ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos.

**13**

Em determinado contrato de obra de grande vulto, regularmente formalizado após o devido procedimento licitatório, houve o descumprimento contratual por culpa exclusiva da Administração Pública, que não liberou a totalidade da área necessária para a realização do objeto da avença, devido a atraso relacionado ao licenciamento ambiental e nas desapropriações que deveriam ser realizadas pelo Poder Público, tornando inviável a execução da avença.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o contratado

- (A) somente logrará obter a extinção do contrato por meio de decisão judicial que reconheça o inadimplemento da Administração Pública.
- (B) não terá direito à extinção do contrato, em decorrência do princípio da supremacia do interesse público que impõe a manutenção da avença até ulterior manifestação da Administração.
- (C) poderá realizar a extinção unilateral do contrato e exigir pagamento de indenização por parte da Administração.
- (D) poderá buscar a extinção consensual do contrato por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.
- (E) não poderá pleitear a devolução da garantia contratual, caso opte por buscar a extinção do contrato pela via pertinente.

**14**

A sociedade empresária *Construop* sagrou-se vencedora em procedimento licitatório para a realização de uma obra, atinente à reforma de um edifício, realizada na modalidade concorrência, com base na Lei nº 14.133/2021, cujo projeto básico foi elaborado pela Administração Pública.

Os representantes de tal sociedade empresária estão realmente preocupados com a possibilidade de o Poder Público promover a alteração unilateral do contrato, mediante a modificação do mencionado projeto básico ou de suas especificações, que venham a onerar a avença, especialmente porque, entre outras razões, já adquiriu os materiais necessários para a sua execução, alocando-os no local de trabalho.

Acerca da referida cláusula exorbitante, no âmbito da legislação em questão, é correto afirmar que a sociedade empresária *Construop*

- (A) deverá aceitar a alteração unilateral promovida pela Administração realizada nos limites estabelecidos pela lei, mesmo que transfigure o objeto do contrato.
- (B) suportará as alterações para mais ou para menos promovidas pela Administração que recaiam diretamente sobre as cláusulas financeiras do contrato, desde que observados os limites legais.
- (C) não será obrigada a aceitar eventual alteração unilateral que importe em acréscimo de 30% (trinta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ainda que nas mesmas condições contratuais.
- (D) não poderá ter a expectativa de que a Administração promoverá o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato no mesmo termo aditivo que venha a determinar a alteração unilateral realizada dentro dos parâmetros legais.
- (E) será ressarcida pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados com relação aos materiais comprados e alocados na obra, caso a Administração determine a supressão do objeto de tal contrato dentro dos limites legais, cabendo indenização por outros danos em razão da supressão, desde que regularmente comprovados.

**15**

Ao tomar conhecimento da edição do Decreto nº 11.462/2023, que regulamenta o procedimento auxiliar do sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, no âmbito da Administração Pública federal, Túlio, servidor público que atua como fiscal de contrato, decidiu se inteirar do tratamento conferido ao cancelamento do registro do fornecedor pela aludida norma.

Diante dessa situação hipotética, Túlio concluiu corretamente que o registro será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor

- (A) sofrer aplicação de qualquer penalidade em decorrência de eventual inexecução contratual, ainda que em razão de contrato diverso.
- (B) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, mesmo que apresente justificativa razoável.
- (C) não aceitar manter o preço inicialmente registrado nas situações em que haja o deferimento de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado e aceito pela Administração.
- (D) for penalizado com a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, hipótese em que não será necessário garantir a ampla defesa e o contraditório para fins de tal cancelamento.
- (E) sofrer a pena de impedimento de licitar e contratar pela respectiva Administração, caso em que, excepcionalmente, poderá ser mantido o registro, se o prazo da penalidade não ultrapassar o de vigência da ata de registro de preços, mediante decisão fundamentada, vedadas novas contratações dela derivadas enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**16**

No âmbito do controle interno, ao constatar uma irregularidade em determinado procedimento licitatório ou na execução de um contrato administrativo, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, a autoridade competente deverá

- (A) promover a pronta anulação do procedimento licitatório ou do contrato em que verificadas as irregularidades, respeitada a ampla defesa e o contraditório, na medida em que dos atos nulos não se originam direitos.
- (B) paralisar o procedimento licitatório ou a execução do contrato até a efetiva apuração de viabilidade de saneamento da irregularidade verificada, independentemente de se tratar de medida de interesse público.
- (C) optar pela continuidade do contrato, ainda que o vício seja insanável, caso a anulação não seja medida de interesse público, solucionando a irregularidade por meio de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis.
- (D) declarar a nulidade com efeitos retroativos, nas hipóteses em que caracterizada a necessidade de invalidação do procedimento licitatório ou do contrato na forma da lei, não sendo viável a determinação de que tal declaração só tenha eficácia em momento futuro.
- (E) anular o procedimento licitatório ou o contrato, nos casos em que seja necessário declarar a nulidade nos termos da lei, exonerando a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a invalidação, ainda que o vício não seja a ele imputável.

**17**

A União deseja formalizar dois acordos, para a consecução de objetivos comuns, com o repasse de recursos financeiros. Um será realizado com o Estado Alfa, que necessita de aporte de verbas federais em decorrência de uma catástrofe climática, para auxiliar no atendimento de necessidades básicas da população local. Já o outro será formalizado com uma organização da sociedade civil, a ser escolhida entre diversas interessadas, para o desempenho de certo projeto de iniciativa do Poder Público voltado para a proteção do meio ambiente.

Considerando o disposto na Lei nº 13.019/2014 e na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que devem ser aplicadas:

- (A) as normas constantes da Lei nº 14.133/2021 nas duas situações descritas, sendo certo que ambas versam sobre hipóteses em que a licitação é dispensável.
- (B) as normas constantes da Lei nº 13.019/2014 nas duas situações, sendo que em ambas as hipóteses pode haver a dispensa do respectivo chamamento público.
- (C) as normas constantes da Lei nº 14.133/2021 apenas para parceria a ser realizada com a iniciativa privada, considerando que tal norma não pode reger os acordos realizados entre entes federativos.
- (D) as normas constantes da Lei nº 13.019/2014 em ambos os casos, considerando ser aquela que disciplina os acordos a serem formalizados pelos entes federativos entre si e com as organizações da sociedade civil, sendo certo que a situação do Estado Alfa caracteriza hipótese de inexigibilidade de chamamento público.
- (E) as normas constantes da Lei nº 13.019/2014 para a formalização do termo de colaboração com a organização da sociedade civil, situação que não pode ser regida pelo disposto na Lei nº 14.133/2021, por expressa determinação legal.

**18**

A Lei nº 14.133/2021 determina que a seleção da proposta apta a gerar resultado de contratação mais vantajoso para a Administração, mediante a garantia da isonomia entre os licitantes e a competitividade, com incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável, são objetivos relevantes da licitação.

Nesse contexto, o respectivo procedimento deverá observar o seguinte:

- (A) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.
- (B) os documentos apresentados pelos licitantes devem ser por cópia autenticada e com firma reconhecida, ainda que não exista dúvida sobre a sua autenticidade.
- (C) os atos serão preferencialmente realizados por meio de processo físico, sendo posteriormente encaminhados para eventual digitalização.
- (D) os órgãos responsáveis pelo planejamento deverão realizar planejamento mensal a fim de viabilizar o fracionamento das despesas a serem realizadas pela Administração.
- (E) o desatendimento de qualquer exigência formal com relação à qualificação do licitante importará em seu afastamento da licitação.

**19**

Determinado órgão competente do Estado *Alfa*, após o devido procedimento, formalizou uma ata de registro de preços, para aquisição de material de escritório necessário para o bom funcionamento da Administração Pública, que contou com órgãos do Município *Alfa* e *Beta* como participantes.

Ao tomar conhecimento de tal ata, certo órgão do governo federal almeja a ela aderir, assim como uma autarquia do Município *Beta*, os quais, portanto, são qualificados como não participantes no mencionado sistema de registro de preços.

Nesse caso, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) é vedada aos órgãos e entidades do governo federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual.
- (B) ainda que venham a aderir a mencionada ata, o órgão federal e a autarquia do Município *Beta* deverão respeitar os limites quantitativos globais para a aquisição por não participantes, equivalente ao triplo do respectivo quantitativo por itens.
- (C) não há qualquer restrição para que o mencionado órgão federal e a autarquia do Município *Beta* venham a aderir à ata de registro de preços em questão, sendo amplamente admitida tal adesão, desde que devidamente formalizada.
- (D) por mais que os órgãos e entidades do Município *Beta* possam aderir à ata de registro de preços na qualidade de participantes, não é possível que o façam na qualidade de não participantes.
- (E) eventual adesão do órgão federal ou da autarquia do Município *Beta* deve atender apenas aos limites quantitativos por itens individualmente considerados, na medida em que não há patamar atinente ao somatório do que for adquirido pelos não participantes.

**20**

Determinado órgão competente da Administração Pública federal está analisando a viabilidade de alienar bens móveis e imóveis da União que foram recebidos por dação em pagamento e que não estão sendo utilizados, revelando-se inservíveis para o ente federativo proprietário.

Nesse caso, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a divulgação do leilão a ser realizado para a alienação dos bens móveis e imóveis em questão deve ser realizada exclusivamente em sítio eletrônico oficial.
- (B) a alienação dos mencionados bens imóveis dispensará autorização legislativa, exigindo apenas avaliação prévia e licitação na modalidade leilão.
- (C) a modalidade de licitação cabível para a alienação dos bens móveis é o leilão, que não pode ser utilizada para a alienação dos bens imóveis.
- (D) caso a Administração opte por realizar o leilão para a alienação dos bens em questão por leiloeiro oficial, deverá selecioná-lo por meio de registro cadastral ou licitação na modalidade pregão.
- (E) a alienação dos bens imóveis em apreço depende do preenchimento dos requisitos legais e de licitação na modalidade leilão, que não poderá ser dispensada no caso de venda a outro órgão ou entidade da Administração de qualquer esfera de governo.

**21**

Dora é servidora pública federal estável e está realizando a sua capacitação no âmbito da nova lei de licitações e contratações (Lei nº 14.133/2021), sendo certo que ela está especialmente interessada nas normas que promovam os direitos das pessoas com deficiência previstas na mencionada lei.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) não há qualquer possibilidade de contratação direta de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, caso a licitação seja viável.
- (B) a Administração pode realizar licitação voltada exclusivamente para a contratação de associações de pessoas com deficiência, mas, nas demais situações, não poderá exigir como condição para habilitação a declaração do licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência.
- (C) o não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, para pessoa com deficiência pode ensejar a aplicação de sanções para a contratada, entre as quais o impedimento de contratar com a Administração, mas não poderá constituir motivo para a extinção do contrato.
- (D) a obrigação de o contratado cumprir a exigência de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência é cláusula obrigatória do contrato e, sempre que solicitado pela Administração, ele deverá comprovar o cumprimento de tal obrigação mediante a indicação dos empregados que preencherem tal vaga.
- (E) é inexigível a licitação para a contratação de associação de pessoas com deficiência, com preço compatível com o de mercado, entre diversas que atendam tal requisito, desde que os serviços contratados sejam exclusivamente por elas prestados.

**22**

Hélio é servidor público federal estável que exerce a atribuição de agente da contratação. Ele explicou para Gaya, sua filha, que está estudando para concurso público, que a fase preparatória da licitação é caracterizada pelo planejamento, aspecto em que pontuou corretamente, no âmbito da Lei nº 14.133/2021, que

- (A) o anteprojeto é documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base para outros instrumentos relevantes.
- (B) o planejamento das compras a serem realizadas pela Administração deve ser feito a cada seis meses, tomando por base aquelas que foram realizadas nos últimos cinco anos, abordando as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.
- (C) o autor do projeto básico não poderá disputar a licitação, mas é viável que atue no apoio das atividades de planejamento da contratação, a critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- (D) caso a Administração almeje promover a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissional de notória especialização para a realização de planejamento, a licitação será dispensável.
- (E) a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo deverão elaborar plano mensal de contratações, com o objetivo de racionalizar as avenças a serem formalizadas sob sua competência e garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico.

**23**

A União almeja realizar uma obra pelo regime da contratação integrada e está avaliando uma série de questões relacionadas à obrigatoriedade e aos efeitos da matriz de risco, bem como às normas atinentes à alocação de tais riscos.

Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021 acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) há discricionariedade da Administração quanto à possibilidade de o edital da licitação em questão contemplar matriz de risco.
- (B) os riscos decorrentes de fatos supervenientes à referida contratação associados à escolha da solução de projeto básico pelo contratado deverão ser alocados como de sua responsabilidade na matriz de riscos.
- (C) mesmo que haja previsão legal ou opção pela realização da matriz de risco, ela não pode ser considerada cláusula obrigatória do contrato.
- (D) eventual alocação de riscos deve prevalecer, importando na renúncia ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mesmo nas hipóteses de alteração unilateral pela Administração Pública.
- (E) ainda que ocorra o implemento de risco definido na respectiva matriz, ela não poderá condicionar a solução de eventuais pleitos entre contratante e contratado com relação a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**24**

Fausto é servidor público federal estável, que foi designado fiscal de contrato relacionado a uma obra de grande vulto, devidamente formalizado após o regular procedimento licitatório. Fausto está com fundadas dúvidas acerca do exercício de tal atribuição e dos efeitos que podem decorrer no caso de eventual falha na fiscalização, bem como acredita precisar de auxílio técnico para tanto, de modo que considera que seria pertinente a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo no desempenho de tal atividade.

Nesse caso, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) a contratação de terceiros não eximirá Fausto de responsabilidade como fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro que venha a ser contratado para auxiliá-lo.
- (B) Fausto deverá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração no exercício de tal atribuição, sendo vedada a contratação de terceiros para tanto.
- (C) eventual falha de Fausto no exercício da atribuição em comento pode vir a reduzir ou excluir a responsabilidade do contratado pelos danos causados diretamente à Administração.
- (D) Fausto deverá apenas anotar em registro próprio as principais ocorrências relacionadas à execução do contrato, sendo vedado que ele determine o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, o que deverá ser realizado por outro agente público.
- (E) Fausto poderá ser assistido e subsidiado com informações prestadas por terceiro que venha a ser contratado pela Administração Pública, hipótese em que a empresa ou o profissional contratado para tal finalidade exercerá atribuição própria e exclusiva de fiscal do contrato.

**25**

Para atender a uma situação extraordinária e pontual, decorrente da inesperada demora da sociedade empresária *Delonga*, vencedora da respectiva licitação, em fornecer o material de limpeza e outros insumos necessários para o funcionamento de determinado órgão que faz atendimento ao público, a respectiva autoridade competente decidiu realizar um contrato verbal, sem licitação, para debelar a crise.

Assim, foi acordado verbalmente com a sociedade empresária *Prontoserviço* a entrega dos produtos devidamente especificados e necessários, que importaram na pequena compra de pronto pagamento no montante total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que se revelou compatível com o valor de mercado.

Ocorre que, após a entrega das mercadorias, houve a recusa da Administração em realizar o respectivo pagamento, sob o fundamento de que a avença foi realizada em desacordo com os ditames legais.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) o valor total da avença para aquisição de produtos de pronto fornecimento viabiliza, excepcionalmente, o aludido acordo verbal, que deve ser pago pela Administração.
- (B) é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal, de modo que a Administração está correta em se recusar a pagar pelos produtos em questão.
- (C) a Administração deveria revogar o mencionado contrato verbal, modalidade de extinção que exige a Administração de realizar o respectivo pagamento.
- (D) tal contrato verbal não pode ser considerado válido em nenhuma circunstância, mas a Administração deve pagar, ao menos, o equivalente ao custo da aquisição das mercadorias entregues, a despeito do valor de mercado acordado.
- (E) o contrato verbal é inválido, restando caracterizado o motivo de interesse público para que seja declarada a sua nulidade com efeitos retroativos, de modo que a Administração não deve pagar pelos bens fornecidos.

**26**

Imagine que, em agosto de 2023, para realizar determinada contratação, certa entidade administrativa fez publicar um edital de licitação, no qual optou por adotar a Lei nº 8.666/1993, na forma expressamente indicada no respectivo instrumento convocatório.

Acerca dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, é correto afirmar que

- (A) é vedada a adoção da Lei nº 8.666/1993 nos editais publicados após a entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021.
- (B) tal entidade administrativa poderia ser uma empresa pública, na medida em que a elas são aplicáveis as disposições finais e transitórias da Lei nº 14.133/2021.
- (C) considerando a determinação constante do edital, é viável a combinação do disposto na Lei nº 8.666/93 com dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que possam conferir maior agilidade ao procedimento.
- (D) diante da opção realizada pela mencionada entidade administrativa, o respectivo contrato será regido pelas regras da Lei nº 8.666/1993 durante toda a sua vigência.
- (E) tal opção apenas seria possível se a entidade administrativa quisesse realizar a licitação pelas modalidades tomada de preço ou convite, que não foram consagradas na Lei nº 14.133/2021.

**27**

Certo gestor observou que a aquisição de produtos do dia a dia, para viabilizar o funcionamento de certo órgão, tais como materiais de escritório e de limpeza, quando considerada anualmente, alcançava em média o montante de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Assim, com vistas a facilitar a aquisição de tais produtos ao longo de um ano, optou por fracionar tal montante em seis compras de R\$20.000,000 (vinte mil reais), a serem realizadas a cada dois meses, no respectivo exercício financeiro, mediante dispensa de licitação pelo valor individual de cada aquisição, após as formalidades pertinentes.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021 acerca do tema, é correto afirmar que

- (A) não é possível contratação direta pelo valor considerado isoladamente (vinte mil reais), pois superior ao limite estabelecidos na norma de regência para compras.
- (B) é viável a contratação direta almejada, desde que o procedimento seja instruído com todos os documentos necessários para a contratação direta.
- (C) o fracionamento da despesa em questão não é válido, porque, para fins de dispensa em razão do valor, deve ser considerado o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora com objetos de mesma natureza.
- (D) o fracionamento da despesa em questão apenas seria válido se considerado o montante alcançado semestralmente, que atende aos limites estabelecidos na norma de regência para a realização das compras.
- (E) tal fracionamento de despesa é válido, em razão de o valor de cada contrato isolado não ultrapassar o limite da lei, especialmente se resultar de planejamento estratégico para fins de alcançar eficácia, eficiência e efetividade.

**28**

Ao realizar a sua capacitação com relação à Lei nº 14.133/2021, Wallace, servidor público federal estável, ocupante do cargo de analista legislativo da Câmara dos Deputados, passou a analisar o tratamento conferido às licitações internacionais, bem como a viabilidade de a Administração estabelecer margem de preferência para bens produzidos no Brasil e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras em tais situações.

Diante dessa situação hipotética, Wallace concluiu corretamente que

- (A) nas licitações internacionais o edital pode prever condições de habilitação, classificação e julgamento que constituam barreiras de acesso ao licitante estrangeiro, com vistas a conferir prioridade para o mercado nacional.
- (B) não é possível estabelecer margem de preferência para bens produzidos no Brasil e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras nas licitações internacionais, ainda que preenchidos os requisitos para tanto no âmbito dos certames que não tenham essa característica.
- (C) para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência poderá ser de até 20% (vinte por cento).
- (D) na licitação internacional, quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro igualmente poderá fazê-lo, situação em que o pagamento na eventual contratação do licitante brasileiro deverá ser realizado na moeda em que realizada a cotação.
- (E) considerando que as propostas de todos os licitantes estarão sujeitas às mesmas regras e condições, na forma estabelecida no edital, somente pode ser conferida margem de preferência para os bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, no âmbito das licitações internacionais.



## Administração de Recursos Materiais

**Atenção:** as informações a seguir referem-se às duas próximas questões.

A administração de estoques envolve uma série de ações que permitem ao administrador avaliar se os estoques estão sendo utilizados de maneira eficaz, se estão bem localizados em relação aos setores que deles fazem uso, se estão sendo manuseados adequadamente e se estão sob controle.

Suponha que a tabela a seguir seja usada pela sociedade empresária CBA para acompanhar seus estoques.

Mês	Estoque inicial	Entradas	Saídas
Julho	1000	2000	1500
Agosto	1500	5000	3000
Setembro	3500	2000	4500
Outubro	1000	5000	2500
Novembro	3500	4000	7000

29

De julho a novembro esse estoque girou, aproximadamente,

- (A) 5,2 vezes.
- (B) 7,4 vezes.
- (C) 9,0 vezes.
- (D) 14,8 vezes.
- (E) 17,5 vezes.

30

O estoque médio no período foi de

- (A) 2050.
- (B) 2100.
- (C) 2450.
- (D) 2900.
- (E) 3200.

31

Recursos materiais referem-se aos elementos utilizados por uma organização em suas atividades diárias, na fabricação de seu produto final ou na realização de sua missão institucional.

A respeito das operações que ocorrem na administração dos recursos materiais de uma organização, assinale a opção que indica a operação inicial.

- (A) Identificação do fornecedor.
- (B) Transporte interno do bem.
- (C) Acondicionamento do bem.
- (D) Aquisição do bem.
- (E) Recebimento do bem.

32

Os bens são frequentemente considerados “recursos”, porque podem gerar produtos e serviços e, conseqüentemente, criar riqueza.

A disciplina que lida com a preservação, manutenção ou alienação de um bem, é a Administração de Recursos

- (A) Humanos.
- (B) Patrimoniais.
- (C) Tecnológicos.
- (D) de Capital.
- (E) Materiais.

33

O sinal da demanda refere-se à maneira pela qual a informação chega ao setor de compras para iniciar o processo de aquisição de um bem material ou patrimonial.

Acerca da forma de solicitação *contrato de fornecimento*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Emite um novo pedido de compra para um certo item de estoque após um tempo predeterminado.
- (B) Dispara o processo de compra quando o estoque de um certo item atinge um nível predeterminado.
- (C) Verifica *in loco* a falta de mercadoria no estoque.
- (D) O processo de compra é iniciado em função de uma necessidade de produção.
- (E) Dispara o processo de compra quando o estoque de um certo item está zerado.

**Atenção:** as informações a seguir referem-se às próximas três questões.

A gestão da aquisição - a conhecida função de compras - assume papel estratégico nos negócios de hoje em face do volume de recursos, principalmente financeiros, envolvidos.

A empresa YDK precisa tomar uma decisão entre produzir internamente um componente de seu produto final ou comprar o componente em outra empresa. Para tal, considere os dados da tabela a seguir.

	Fabricar		Compra
	Processo A	Processo B	
<b>Volume (unid. / ano)</b>	1.000	1.000	1.000
<b>Custo Fixo (\$ / ano)</b>	50.000	200.000	
<b>Custo Variável (\$ / unid.)</b>	50	30	60

34

Em relação ao volume de produção para o qual a opção economicamente mais viável será a compra do componente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A compra será sempre economicamente mais viável.
- (B) A compra será mais viável apenas para volume acima de 10.000 unidades.
- (C) A compra será mais viável apenas para volume abaixo de 7.500 unidades.
- (D) A compra será mais viável apenas para volume abaixo de 5.000 unidades.
- (E) A compra será mais viável apenas para volume abaixo de 2.500 unidades.

35

Em relação ao volume de produção para o qual a opção economicamente mais viável será a fabricação do componente pelo processo A, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sempre será economicamente mais viável o processo A.
- (B) Somente para volume acima de 7.500 unidades será mais viável o processo A.
- (C) Somente para volume entre 7.500 unidades e 5.000 unidades será mais viável o processo A.
- (D) Somente para volume entre 5.000 unidades e 2.500 unidades será mais viável o processo A.
- (E) Nunca será mais viável o processo A.

36

Em relação ao volume de produção para o qual a opção economicamente mais viável será a fabricação do componente pelo processo B, assinale a afirmativa correta.

- (A) Nunca será economicamente mais viável o processo B.
- (B) Somente para volume abaixo de 7.500 unidades será mais viável o processo B.
- (C) Somente para volume abaixo de 5.000 unidades será mais viável o processo B.
- (D) Somente para volume acima de 7.500 unidades será mais viável o processo B.
- (E) Sempre será economicamente mais viável o processo B.

**Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.**

A depreciação de um ativo é a redução de seu valor ao longo do tempo devido ao uso, ao desgaste ou à obsolescência tecnológica.

Usando o método de depreciação linear, suponha que um novo equipamento da empresa BAX tenha sido avaliado em \$1.900.000,00, com uma vida útil estimada de 7 anos, um valor residual de 150.000 e sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

37

O valor contábil do equipamento ao final do quarto ano de uso foi de

- (A) \$1.150.000,00.
- (B) \$900.000,00.
- (C) \$750.000,00.
- (D) \$650.000,00.
- (E) \$500.000,00.

38

O valor da depreciação anual do equipamento foi de

- (A) \$271.430,00
- (B) \$257.140,00
- (C) \$250.000,00
- (D) \$242.850,00
- (E) \$235.000,00

39

Utilizando o método de depreciação linear, suponha agora que um novo equipamento da empresa BAX tenha uma vida útil estimada de 9 anos com um valor residual de 650.000 e uma depreciação anual de \$700.000,00 sem considerar efeitos de correção monetária devido à inflação.

O valor de compra do equipamento foi de

- (A) \$6.250.000,00.
- (B) \$6.300.000,00.
- (C) \$6.600.000,00.
- (D) \$6.750.000,00.
- (E) \$6.950.000,00.

40

A tabela a seguir é usada pela sociedade empresária CBA para acompanhar seus estoques.

Mês	Estoque inicial	Entradas	Saídas
Julho	1000	2000	1500
Agosto	1500	5000	3000
Setembro	3500	2000	X
Outubro	1000	5000	2500
Novembro	3500	4000	Y

Para que o estoque tenha girado duas vezes, os valores de X e Y devem ser, respectivamente,

- (A) 3500 e 5000.
- (B) 5500 e 1500.
- (C) 2500 e 2500.
- (D) 2000 e 2500.
- (E) 1000 e 1000.

## Administração Pública

41

A gestão de projetos desempenha um papel fundamental na concretização de ideias, pois proporciona uma abordagem organizada e metódica para o planejamento, execução, acompanhamento e conclusão bem-sucedida de projetos, assegurando a eficiência na realização de seus objetivos.

Sobre a *gestão de projetos*, é correto afirmar que

- (A) a elaboração de projetos pode ser facilitada por instrumentos criados especialmente para essa etapa, a exemplo do Modelo para Gerente de Projeto com Página Única.
- (B) a proposta inicial define o desempenho e as funcionalidades do produto e aspectos do desenvolvimento do projeto.
- (C) os requisitos iniciais elucidam a experiência, a necessidade e o propósito do projeto, além de fornecer um resumo preliminar dos custos e benefícios antecipados.
- (D) a estrutura de planejamento é fundamentada nos principais processos, iniciando nos níveis estratégicos, progredindo para os táticos e, posteriormente, chegando ao nível operacional básico das atividades.
- (E) a Estrutura Analítica do Projeto (EAP) consiste na decomposição hierárquica do escopo completo do trabalho que a equipe do projeto deve realizar para alcançar melhorias nos processos.

42

O ciclo do planejamento em organizações (PDCA) é uma abordagem amplamente reconhecida que se origina na área da gestão da qualidade e é utilizada em variados ambientes organizacionais.

Sobre o *ciclo PDCA*, é correto afirmar que

- (A) tem abordagem de projetos que visam à eficiência.
- (B) parte da insatisfação com o *status* quo disseminado na cultura organizacional.
- (C) pressupõe a análise de projetos com vistas a realizá-los de maneira otimizada.
- (D) coíbe o erro para criar um clima para o empreendedorismo.
- (E) prevê analisar os resultados das ações do projeto e redefinir a estratégia.

43

A racionalização da sociedade se transformou em um processo no qual questões mais amplas de valores humanos, tais como liberdade, justiça e igualdade estão gradativamente perdendo sua relevância como critérios de avaliação, sendo substituídas pelo cálculo específico de custos e benefícios, meios e fins.

Sobre o *modelo racional-legal* de Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) objetiva maior dependência do mercado.
- (B) atende a objetivos políticos e morais legítimos.
- (C) busca maximizar a eficiência.
- (D) procura aumentar a capacidade de idealizar políticas públicas.
- (E) desenvolve técnicas para aprimorar a responsabilização.

44

A Matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) é uma ferramenta eficaz usada na gestão de projetos, na resolução de problemas e na tomada de decisões estratégicas.

Sobre a *matriz GUT*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Gravidade pondera se a ação pode aguardar.
- II. Urgência avalia se a ação é relativamente importante.
- III. Tendência pondera se a situação vai piorar.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

45

A governança pública engloba a forma como o governo toma decisões, implementa políticas e presta serviços à sociedade.

Em relação à *governança pública*, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Estratégia é um mecanismo para o exercício da governança pública.
- ( ) Melhoria regulatória é um princípio da governança pública.
- ( ) Liderança é um princípio da governança pública.
- ( ) Controle é um mecanismo para o exercício da governança pública.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – F – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – V – V – V.

46

Governança pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Sobre a *governança pública*, é correto afirmar que

- (A) as expressões “governança pública” e “gestão pública” podem ser usadas de forma intercambiável.
- (B) a governança pública parte do problema da ineficiência.
- (C) a governança pública aborda o mesmo problema tratado pela governança corporativa.
- (D) a governança pública é a função realizadora.
- (E) a gestão pública é a função direcionadora.

47

Os indicadores de desempenho são ferramentas fundamentais na gestão de organizações, pois desempenham um papel crucial ao fornecer informações quantitativas e qualitativas que ajudam a avaliar o sucesso e a eficiência de uma organização na consecução de seus objetivos e metas.

Sobre os *indicadores de desempenho*, é correto afirmar que

- (A) conhecer as necessidades e desejos de fornecedores é uma informação de gestão estratégica.
- (B) definir metas de *market share* é uma informação de *stakeholder*.
- (C) conhecer as necessidades de parceiros estratégicos é uma informação de processos da cadeia de valor.
- (D) definir a qualidade dos processos é uma informação de *stakeholder*.
- (E) *stakeholders*, gestão estratégica e processos da cadeia de valor são fontes de informações para criar indicadores.

48

Há uma crise de legitimidade na Administração Pública causada pelo fato de que as tradicionais bases da teoria não mais atenderem às demandas dos envolvidos no campo do conhecimento.

A teoria dominante da Administração Pública está centrada no modelo racional-legal.

Sobre esse modelo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Tem inspiração na visão democrática da teoria política.
- II. Preconiza a tradição humanística na teoria da administração pública.
- III. Prima por uma visão restritiva da razão humana.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

49

A gestão de competências é um conceito fundamental no mundo empresarial e na Administração Pública.

Sobre a *gestão de competências*, é correto afirmar que

- (A) liderança é uma competência funcional.
- (B) reputação é uma competência organizacional.
- (C) participação no mercado é uma competência gerencial.
- (D) visão sistêmica é uma competência individual.
- (E) espírito de equipe é uma competência organizacional.

50

A análise SWOT é uma poderosa ferramenta de gestão amplamente utilizada por empresas e organizações para avaliar sua situação atual, identificar oportunidades, enfrentar desafios e desenvolver estratégias eficazes.

Sobre a *análise SWOT*, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma ferramenta de domínio público e de origem indeterminada.
- (B) S denomina pontos fortes dos sistemas externos da organização.
- (C) W denomina pontos fracos dos sistemas externos da organização.
- (D) O denomina oportunidades oferecidas pela organização.
- (E) T denomina ameaças oferecidas pela organização.

51

O ciclo de planejamento nas organizações públicas é um processo essencial que envolve diversas etapas para garantir o adequado funcionamento e atendimento das necessidades da sociedade.

Acerca do ciclo do planejamento, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Objetivos e metas são os resultados desejados.
- ( ) *Key performance indicators* (KPIs) são informações para avaliar até que ponto os objetivos estão sendo atingidos e se os cursos de ação escolhidos são apropriados.
- ( ) Meios de controle são métricas para quantificar objetivos.
- ( ) Avaliação refere-se ao processo de determinação dos meios de controle.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – F – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – V – V – V.

52

Os modelos de Administração Pública referem-se às diferentes abordagens adotadas pelos governos para gerenciar os recursos, prestar serviços públicos e tomar decisões em nome da sociedade.

Em relação aos modelos de Administração Pública, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) Na Administração Pública Patrimonialista, os cargos são considerados prebendas.
- ( ) A Administração Pública Burocrática surgiu como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- ( ) Os controles administrativos que visam evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori* na Administração Pública Burocrática.
- ( ) A Administração Pública Gerencial constitui um avanço e, até certo ponto, um rompimento com a Administração Pública Burocrática.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – V – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) F – F – F – F.
- (D) V – F – F – F.
- (E) V – V – V – V.

53

*Accountability* é um termo que se refere à responsabilidade e à prestação de contas, especialmente no contexto das organizações públicas.

Sobre a *accountability* na Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) *accountability* vertical relaciona-se com a governabilidade e com o corporativismo.
- (B) *accountability* horizontal preconiza que os cidadãos são as partes interessadas e os políticos e governos são seus agentes.
- (C) *accountability* social é o controle dos políticos e governos pelos cidadãos, por meio de plebiscito, referendo e voto.
- (D) *accountability* vertical preconiza a fiscalização e controle mútuos dos Três Poderes.
- (E) *accountability* *societal* relaciona-se com a governabilidade e com o corporativismo.

54

A análise de cenários é uma ferramenta valiosa que auxilia as organizações a planejar e antecipar eventos futuros, possibilitando a tomada de decisões estratégicas informadas.

Sobre a *análise de cenários*, é correto afirmar que

- (A) o macroambiente é composto por fatores endógenos às organizações.
- (B) as organizações não seguem as evoluções que ocorrem no macroambiente.
- (C) o macroambiente é composto por fatores sobre os quais as organizações não têm ingerência.
- (D) as organizações devem alterar as condições macroambientais.
- (E) fatores econômicos, político-legais, tecnológicos e socioculturais compõem o macroambiente.

## Administração Financeira e Orçamentária

55

As etapas da receita orçamentária podem ser resumidas em: *previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento*.

Com relação às *etapas da receita orçamentária*, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária, em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- ( ) O lançamento não se aplica a impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- ( ) O recolhimento é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

56

Despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

Relacione os conceitos a seguir às respectivas definições.

- |              |   |
|--------------|---|
|              | ( ) dois primeiros dígitos da classificação funcional e maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.                                |
| 1. Função    | ( ) envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental. |
| 2. Subfunção |   |
| 3. Atividade | ( ) três últimos dígitos da classificação funcional, evidencia cada área da atuação governamental.  |
| 4. Projeto   | ( ) envolve um conjunto de operações, de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental.                |

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.  
 (B) 1 – 4 – 2 – 3.  
 (C) 4 – 2 – 3 – 1.  
 (D) 2 – 4 – 3 – 1.  
 (E) 4 – 3 – 2 – 1.

57

O Grupo de Natureza de Despesa (GND) é um agregador de elementos de despesa orçamentária com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

Com relação ao GND, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O GND 3 representa “Outras Despesas Correntes”, despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica “Despesas Correntes” não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.
- ( ) O GND 3 representa “Investimentos”, despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- ( ) O GND 6 representa “Inversões Financeiras”, despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.  
 (B) F – V – V.  
 (C) V – F – F.  
 (D) V – V – F.  
 (E) V – F – V.

58

Os Princípios Orçamentários são aplicáveis aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todos os níveis de governo – União, estados, Distrito Federal e municípios – sendo definidos e regulados por meio de normas presentes na Constituição, leis complementares e pela doutrina.

Relacione os Princípios Orçamentários às respectivas definições.

- |  |   |
|--|---|
|  | ( ) determina a divulgação, para qualquer pessoa, de informações sobre a arrecadação da receita e a execução da despesa.                |
| 1. Não afetação da receita de impostos | ( ) princípio básico da Administração Pública no regime democrático, justifica-se pelo fato de o orçamento ser fixado em lei.           |
| 2. Transparência                       | ( ) evita múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política.   |
| 3. Unidade                             | ( ) veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal. |
| 4. Publicidade                         |   |

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.  
 (B) 1 – 4 – 2 – 3.  
 (C) 4 – 2 – 3 – 1.  
 (D) 2 – 4 – 3 – 1.  
 (E) 4 – 3 – 2 – 1.

59

A necessidade de que os objetivos governamentais sejam claramente definidos é a primeira condição para a adoção do Orçamento-programa. Nos planos nacionais, geralmente os objetivos são explicitados em termos de taxas de crescimento para os principais indicadores de atividade econômica do país.

Sobre a *definição dos objetivos*, analise as afirmativas a seguir.

- I. “Construir *n* quilômetros de rodovias asfaltadas” não é a forma adequada de expressar os objetivos de um Programa Rodoviário.
- II. “Construir *x* escolas” é a forma adequada de expressar os objetivos de um Programa de Construção de Escolas.
- III. Um Programa de Desenvolvimento Agrícola evidencia conflitos entre objetivos econômicos e sociais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.  
 (B) I e II, apenas.  
 (C) I e III, apenas.  
 (D) II e III apenas.  
 (E) III, apenas.

60

Ao longo do século XX houve um constante processo de reformulação conceitual do orçamento público, com impactos significativos nas práticas e nos procedimentos. No Brasil, assim como em outros países da América Latina, a concepção do orçamento moderno foi e, de certa forma, ainda é refletida no conceito de Orçamento-programa, que consiste em um conjunto de ideias e diretrizes técnicas originalmente sistematizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Relacione os elementos essenciais do Orçamento-programa, listados a seguir às respectivas definições.

- |                          |  |
|--------------------------|--|
|                          | ( ) mensuração dos esforços despendidos na execução dos programas.   |
| 1. Objetivos             | ( ) medidos(as) por meio da identificação dos meios ou insumos necessários para a obtenção dos resultados. |
| 2. Programas             |  |
| 3. Custos                |  |
| 4. Medidas de desempenho | ( ) instrumentos de integração dos esforços governamentais para concretizar os objetivos.                  |
|                          | ( ) a organização busca alcançá-los(las) e para os quais utiliza os recursos orçamentários.                |

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 2 – 4 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

61

Os Princípios Orçamentários têm a finalidade de estabelecer diretrizes essenciais que visam a garantir racionalidade, eficiência e transparência aos procedimentos relacionados à criação, à implementação e à fiscalização do orçamento público.

O Princípio Orçamentário que determina que todas as receitas previstas e despesas fixadas, durante cada exercício financeiro, devem estar reunidas em um único instrumento legal em cada nível de governo é o

- (A) da universalidade.
- (B) da totalidade.
- (C) da anualidade.
- (D) do orçamento bruto.
- (E) da exclusividade.

62

O critério geral aplicado ao registro da receita orçamentária é o da entrada de disponibilidades. A menos que haja uma exigência legal específica para contabilizar certos eventos como despesas orçamentárias, a dedução da receita orçamentária é o procedimento padrão a ser seguido em três circunstâncias.

Analise se os itens a seguir configuram casos passíveis de dedução de *receita orçamentária*.

- I. Recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertencem a outro ente.
- II. Restituição de receitas indevidamente.
- III. Renúncia de receita orçamentária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, apenas.

### Estatística

63

Uma amostra aleatória simples  $X_1, X_2, \dots, X_n$  de uma população descrita por uma variável aleatória com distribuição normal de parâmetros  $\mu$  e  $\sigma^2$  desconhecidos será observada.

Nesse caso, avalie se as seguintes afirmativas estão corretas:

- I. A média amostral  $\bar{X}$  é estimador não tendencioso de  $\mu$ .
- II. A média amostral  $\bar{X}$  é estimador de máxima verossimilhança de  $\mu$ .
- III. Um estimador não tendencioso de  $\sigma^2$  é dado por  $\sum_{i=1}^n (X_i - \bar{X})^2 / n$

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

64

Os dados a seguir são uma amostra de 40 idades:

7	18	20	20	20	21	21	24	25	26
26	28	28	29	30	32	34	34	36	36
36	36	37	37	38	38	38	39	40	40
40	41	41	43	48	48	49	50	50	59

Para a detecção de observações atípicas (*outliers*), será usado o critério que considera atípica a observação que não está no intervalo  $(Q1 - 1,5D; Q3 + 1,5D)$ , em que D é a distância interquartil, Q1 é o 1º quartil e Q3, o terceiro.

Assim, a quantidade de *outliers* com base nesse critério, para esse conjunto de dados, é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

**65**

Avalie se as seguintes afirmativas acerca do coeficiente de correlação linear  $\rho$  entre duas variáveis aleatórias contínuas estão corretas.

- I. O módulo de  $\rho$  é sempre menor ou igual a 1.
- II. Se  $\rho = 0$ , as duas variáveis são independentes.
- III. Valores de  $\rho$  próximos de + 1 indicam uma correlação positiva forte.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

**66**

Numa população, 50% dos indivíduos já contraíram covid-19. Se uma amostra aleatória simples de 10 indivíduos for obtida dessa população, a probabilidade de que 6 tenham contraído covid-19 é aproximadamente igual a

- (A) 0,02.
- (B) 0,05.
- (C) 0,08.
- (D) 0,10.
- (E) 0,20.

**67**

A função de probabilidade de uma variável aleatória discreta  $X$  é dada por:

$x$	0	1	2	3
$p(x)$	0,2	0,3	0,3	0,2

Nesse caso, a variância de  $X$  é igual a

- (A) 1,05.
- (B) 1,15.
- (C) 1,25.
- (D) 1,35.
- (E) 1,45.

**68**

Observe a seguinte amostra de notas de cinco alunos:

6, 6, 8, 10, 10.

A variância dessas notas, entendida como a média dos quadrados dos desvios em torno da média, é igual a

- (A) 2,4.
- (B) 2,8.
- (C) 3,2.
- (D) 3,6.
- (E) 4,0.

**69**

A média de um conjunto de 18 salários mensais de uma empresa de desenvolvimento era R\$5.500,00. Recentemente, dois novos funcionários foram incorporados, um com salário mensal de R\$6.000,00, outro com salário mensal de R\$6.800,00. Assim, a nova média salarial mensal passou a ser de

- (A) R\$5.550,00
- (B) R\$5.590,00
- (C) R\$5.650,00
- (D) R\$5.700,00
- (E) R\$5.810,00

**70**

Se  $X$  é uma variável aleatória normalmente distribuída, com média 50 e variância 100, então a seguinte variável tem distribuição normal padrão:

- (A)  $Z = (X - 50)/10$ .
- (B)  $Z = (X - 50)/100$ .
- (C)  $Z = (X + 50)/10$ .
- (D)  $Z = (X + 50)/100$ .
- (E)  $Z = X - 5$ .

Realização

